



**Parecer n.º :** I-CNE/2017/287

**Data:** 23-08-2017

**Ponto :** 2.19

**Reunião n.º:** 86 /CNE/ XV

**Data:** 29-08-2017

**Proc. n.º:** AL.P-PP/2017/167

**Assunto:** Participação do B. E. contra a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova por utilização abusiva da publicação informativa do município

## I – Factos

1. O Bloco de Esquerda remeteu à Comissão Nacional de Eleições uma participação contra a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, com o seguinte teor:

*«A concelhia de Condeixa-a-Nova do Bloco de Esquerda vem, por este meio, denunciar a utilização abusiva de uma publicação da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, com fins eleitorais.*

*A Folha Informativa do Município é uma publicação com tiragem de 6500 exemplares, distribuída gratuitamente pelas caixas de correio do concelho, cujo último número, constitui um acto inaceitável de promoção eleitoral do presidente da autarquia, Nuno Moita, que se recandidata ao cargo.*

*Apesar de se tratar de uma folha informativa do município, todos os órgãos autárquicos são ignorados, à excepção do executivo municipal, presidido por Nuno Moita. Sintomático exercício de propaganda e de campanha eleitoral é, também, a alusão às obras previstas para o futuro, nomeadamente empreitadas ainda nem adjudicadas. Também esclarecedora, em relação à inexistência de qualquer carácter informativo, é a ausência de qualquer menção às outras forças políticas representadas nos órgãos do município, tal como é recomendado pela CNE. Registamos ainda a presença de Nuno Moita em 1/3 das fotografias deste boletim, o que comprova, além do mais, uma situação de favorecimento de uma das candidaturas.*

*Coincidência ou não, mas merecedor das maiores preocupações do Bloco de Esquerda Condeixa, é o facto de, pela mesma altura em que chega esta publicação às caixas de correio do concelho, surgir, também por via postal, um flyer da recandidatura de Nuno Moita à câmara municipal.*

*Perante os factos já relatados, entende, o Bloco de Esquerda Condeixa, estar a ser violado o artigo 41º da Lei Eleitoral dos Órgãos e Autarquias Locais (LEOAL), que obriga as entidades públicas, nomeadamente as autarquias locais e os respectivos titulares, a especiais deveres de neutralidade e de imparcialidade desde a data da publicação do decreto que marca o dia das eleições. Trata-se ainda de um ataque ao princípio geral da igualdade consagrado na Constituição da República Portuguesa, que ignora, ainda, as instruções da Comissão Nacional de Eleições nesta matéria.*

*Assim, solicita-se a V./ Exas. que diligenciem no sentido de apurar e retirar eventuais consequências destes factos, em cumprimento da LEOAL. »*

2. Com a indicação do participante, foi possível identificar e retirar um exemplar do boletim municipal, que consta em anexo à presente informação. (doc. n.º 1)
3. O Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova foi notificado para se pronunciar sobre o teor da participação e apresentou a seguinte resposta:

*«Antes de mais quero endereçar um pedido de desculpas por não dar cumprimento ao período de 36 horas na resposta ao email, relativo ao processo em assunto.*

*Encontro-me em período de férias, no estrangeiro, e acedo ao email com menos regularidade do que habitualmente, devendo esta comunicação ter sido enviada para geral@cm-condeixa.pt para ter o necessário encaminhamento de quem me substituí na minha ausência.*

*Sobre o processo em causa, quero deixar claro que não encontro qualquer fundamento nas apreciações proferidas pelo partido Bloco de Esquerda. A Folha Informativa de Condeixa, editada pelo município, é um instrumento de comunicação com os munícipes de inegável valor. São 4 páginas em que a autarquia presta, reafirmo com regularidade, um resumo das actividades desenvolvidas e funciona, igualmente, como agenda cultural e desportiva. No último número, a que a queixa se refere, publicámos, entre outros assuntos, um dos eventos de maior envergadura do nosso Concelho: As Festas de Santa Cristina, que culminam com a comemoração do dia do município, dia 24 de Julho. Desta forma e aproveitando a periodicidade da Folha Informativa, evitamos a impressão de Flyres promocionais das Festas e consequente distribuição, poupando assim recursos, uma prática igualmente comum na nossa gestão financeira e de comunicação.*

*Demos, igualmente, conta da inauguração de um dos maiores investimentos de sempre da autarquia de Condeixa: O museu PO.RO.S - Museu Portugal Romano em Sicó. Entre outros assuntos, mostramos as obras que estão no terreno e que irão ser realizadas em breve, reafirmo, como sempre o fizemos na edição regular da Folha Informativa do Município. É esta a nossa base editorial, hoje e sempre. Assumir a Folha Informativa como instrumento de propaganda é reduzir a comunicação com os munícipes a um acto de gestão menor.*

*No dia em que a CNE, ou outro organismo, decidir sobre a suspensão da informação regular das autarquias com os munícipes em períodos de pré campanha ou campanha eleitoral, procederemos em conformidade, se a isso formos obrigados. Até lá continuaremos a cumprir com a regularidade informativa que é nosso dever, rejeitando acusações de falta de imparcialidade.»*

## **II – Análise e apreciação**

1. Prevê o artigo 41.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, deveres de neutralidade e imparcialidade a que estão sujeitas as entidades públicas.

2. Significa isto que não podem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral, nem praticar atos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou uma entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção no exercício das suas funções, nomeadamente nos procedimentos eleitorais.
3. Estes princípios devem ser respeitados em qualquer publicação autárquica, traduzindo-se quer na equidistância dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares em relação às pretensões e posições das várias candidaturas ao ato eleitoral quer, ainda, na necessária abstenção da prática de atos positivos ou negativos, em relação a estas, passíveis de interferir no processo eleitoral.
4. Uma publicação autárquica, respeitando a cedência regular da sua periodicidade, deve ter um conteúdo objetivo e não pode ter uma função de promoção, direta ou indireta, de um candidato ou candidatura quer através do texto quer das imagens utilizadas, nomeadamente através da sua sistemática difusão.
5. Da análise do boletim informativo da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, fica claro que o mesmo não obedece às regras impostas pelos deveres de neutralidade e imparcialidade, previstos no artigo 41.º da LEOAL.

## **II – Proposta de deliberação**

«Prevê o artigo 41.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, deveres de neutralidade e imparcialidade a que estão sujeitas as entidades públicas.

Estes princípios devem ser respeitados em qualquer publicação autárquica, traduzindo-se quer na equidistância dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares em relação às pretensões e posições das várias candidaturas ao ato eleitoral quer, ainda, na necessária abstenção da prática de atos positivos ou negativos, em relação a estas, passíveis de interferir no processo eleitoral.

Da análise do boletim informativo da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, fica claro que o mesmo não obedece, como lhe é exigido, às regras impostas pelos deveres de neutralidade e imparcialidade, previstos no artigo 41.º da LEOAL. Assim, no exercício da competência conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 71/78, de 27 de dezembro, e no uso dos poderes consignados no n.º 1 do artigo 7.º da mesma lei, delibera-se notificar o Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova



COMISSÃO NACIONAL  
DE ELEIÇÕES

para, no futuro, e até ao final do processo eleitoral, se abster de promover a divulgação de boletins informativos cujo conteúdo viole os deveres de neutralidade e imparcialidade impostos, sob pena de incorrer num crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal.»

A Jurista

Patrícia Teixeira